



# Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM

## Belo Horizonte, ano 15, n. 52, abr./jun. 2014

### Editorial

- ◆ Quando o Estado Democrático de Direito sucumbe ao terror – A força e a fragilidade da democracia  
*Márcio Luís de Oliveira*

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ A licitação como instrumento de promoção de política pública – Perspectiva constitucional  
*Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel, Marcílio Henrique Guedes Drummond*
- ◆ Desacertos no combate à guerra fiscal entre Estados e entre Municípios  
*Igor Mauler Santiago*
- ◆ Audiência pública e urbanismo – A audiência pública como instrumento de participação popular na formação e controle de políticas voltadas à ordenação da cidade  
*Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho*
- ◆ Mulheres, cidades e participação política – Um estudo dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher como perspectiva norteadora da luta pela superação da desigualdade de gênero  
*Bruna Gonçalves Piazzini*
- ◆ Funções sociais das cidades brasileiras – Excesso de distorções, terapêuticas normativas e omissões públicas  
*D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos*
- ◆ A sustentabilidade como critério de ponderação entre moradia e meio ambiente saudável  
*Daniela D'Ambrosio*
- ◆ Os novos critérios de transferência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – O ICMS e a equidade vertical no federalismo: perspectiva do município de Betim/MG  
*Gabriela Flávia Ribeiro Mendes*
- ◆ A cobrança do imposto predial e territorial urbano nos termos do §2º do artigo 32 do Código Tributário Nacional  
*Jamile Gonçalves Calissi, Douglas Policarpo*

- ◆ Administração Fiscal na sociedade complexa – O caso da constituição dos créditos não tributários no Município de Porto Alegre  
*Maren Guimarães Tabora*

### **Pareceres**

- ◆ Doação de terreno municipal ao particular que pagou sua desapropriação  
*Ivan Barbosa Rigolin*
- ◆ Consideração Técnica nº 12/2013  
*Alberto Vellozo Machado, Odoné Serrano Júnior, Willian Buchmann, Clarice Metzner, Laura Esmanhoto Bertol, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino*

### **Jurisprudência Seleccionada**

#### **Acórdãos na Íntegra**

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**  
ADI – Artigo 28, § 5º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte – Fixação de data para o pagamento dos vencimentos dos servidores públicos estaduais e municipais, corrigindo-se monetariamente os seus valores se pagos em atraso – Violação dos artigos 34, VII, c, e 22, I, da Constituição Federal
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Direito Ambiental – Danos ao meio ambiente – Usina Hidrelétrica de Chavantes – Impactos físicos e econômicos, especialmente no Município autor da demanda (Santana do Itararé/PR) – Lei nº 7.990/89 – Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos – Danos ambientais eventuais não abrangidos por esse diploma normativo – Exigência de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) – Obra implementada anteriormente à sua regulamentação – Providência inexecutável – Prejuízos físicos e econômicos a serem apurados mediante perícia técnica
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Administrativo – Royalties – Município com equipamentos destinados ao embarque e desembarque de gás natural/petróleo – Lei nº 9.478/1997 e Lei nº 12.734/2012 – Compensação financeira devida tão somente às áreas produtoras/extrativ
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**  
Direito Civil-Constitucional – Responsabilidade civil – Informações veiculadas em rede de rádio e televisão – Ação indenizatória por dano moral ajuizada por município contra o particular – Impossibilidade – Direitos fundamentais – Pessoa jurídica de direito público – Reconhecimento limitado

#### **Ementário**

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Ambiental
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Responsabilidade Civil

- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

### **Tendências Jurisprudenciais**

- ◆ Advogado deve devolver honorários recebidos de município que o contratou sem licitação
- ◆ Suspensa decisão que vetou terceirização da coleta de lixo em Belo Horizonte
- ◆ Ministro suspende acordo sobre greve de professores municipais do Rio
- ◆ Cassada decisão que determinou sequestro de verbas em Santo André (SP)
- ◆ Taxa para emissão de carnê de recolhimento de tributo é inconstitucional, reafirma STF
- ◆ Liminar permite curso de processo de cassação de prefeito do interior do RJ
- ◆ Leis municipais que admitiam contratações temporárias são inconstitucionais
- ◆ Mantida decisão que obriga vereadores de município gaúcho a devolver valores referentes a diárias
- ◆ Provido recurso da Light contra taxa instituída em município do RJ
- ◆ Câmara Municipal pode continuar trabalhos para decidir sobre cassação do prefeito de Campo Grande
- ◆ Câmara não tem legitimidade para defender verbas do município em juízo